



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

INCLUSÃO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP): ANÁLISE EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA/MA

INCLUSION IN THE POLITICAL PEDAGOGICAL PROJECT (PPP): ANALYSIS IN A MUNICIPAL SCHOOL IN AÇAILÂNDIA/MA

Vivianny Cunha de Sousa¹

Fátima Cristina Duarte Ferreira Cunha²

RESUMO

Este estudo analisa o papel do Projeto Político Pedagógico (PPP) na promoção da educação inclusiva em uma escola municipal de Açailândia/MA, que atende alunos do 6º ao 9º ano dos Anos Finais do Ensino Fundamental. O problema investigado é compreender como o PPP reflete os princípios legais de inclusão e quais avanços e desafios emergem em sua implementação. O objetivo é avaliar a coerência do PPP com as diretrizes inclusivas e identificar práticas e dificuldades no contexto escolar. A metodologia qualitativa envolveu pesquisa bibliográfica, análise documental do PPP da escola e entrevistas com duas professoras e uma profissional de apoio escolar. A triangulação dos dados permitiu uma análise aprofundada, abordando aspectos teóricos e práticos. Os resultados mostram que o PPP apresenta diretrizes que promovem a inclusão, mas desafios, como falta de recursos, resistência de educadores a mudanças e lacunas na formação continuada. Apesar disso, foram observados avanços, como o uso de tecnologias assistivas e atividades colaborativas, que incentivam a interação e valorizam a diversidade entre os alunos. Conclui-se que o PPP é uma ferramenta estratégica para a inclusão escolar, mas sua plena efetividade exige investimentos em infraestrutura, formação docente e maior engajamento da comunidade escolar. A gestão democrática do PPP se destaca como um aspecto positivo, fortalecendo o compromisso coletivo com a inclusão. No entanto, superar as barreiras identificadas é essencial para alcançar uma educação que acolha a diversidade e garanta o direito à aprendizagem para todos. Este estudo contribui para o debate sobre a inclusão escolar, ressaltando a importância de um PPP alinhado às políticas públicas e adequado às necessidades específicas de sua comunidade.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico. Educação inclusiva. Gestão democrática.

¹ Acadêmica do Curso de Especialização em Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas na Inclusão na Diversidade Cultural, UFMS, CPAQ, E-mail: csvivianny@gmail.com

² Professora Orientadora, UFMS/CPAQ, pós doutora em Educação, fatima.cunha@ufms.br



ABSTRACT

This study examines the role of the Political Pedagogical Project (PPP) in promoting inclusive education at a municipal school in Açailândia, Maranhão, which serves students from the 6th to the 9th grade of the Final Years of Elementary Education. The research investigates how the PPP reflects the legal principles of inclusion and identifies the progress and challenges that emerge in its implementation. The objective is to assess the PPP's alignment with inclusive guidelines and to explore practices and difficulties within the school context. A qualitative methodology was employed, involving bibliographic research, document analysis of the school's PPP, and interviews with two teachers and a support professional. Data triangulation enabled an in-depth analysis, addressing both theoretical and practical aspects. The findings reveal that the PPP outlines directives promoting inclusion, but challenges persist, including limited resources, resistance from educators to change, and gaps in ongoing teacher training. Nevertheless, progress has been observed, such as the use of assistive technologies and collaborative activities that foster interaction and value diversity among students. The study concludes that the PPP serves as a strategic tool for fostering school inclusion, but its full effectiveness depends on increased investments in infrastructure, teacher training, and greater community engagement. The democratic management of the PPP emerges as a positive aspect, strengthening collective commitment to inclusion. However, overcoming identified barriers is critical to achieving an education system that embraces diversity and ensures the right to learning for all. This study contributes to the discourse on school inclusion, highlighting the importance of a PPP aligned with public policies and tailored to the specific needs of its community.

Keywords: Political Pedagogical Project. Inclusive education. Democratic management

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal 1988 estabelece, em seu artigo 205, que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”, sendo essencial para o pleno desenvolvimento da pessoa e sua preparação para o exercício da cidadania. Esse princípio fundamenta a construção de uma educação inclusiva no Brasil, que se alinha aos valores de justiça social e igualdade de direitos. (Brasil, 1988)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI, Lei nº 13.146/2015) consolidam a obrigatoriedade de práticas pedagógicas que garantem acesso, permanência e aprendizagem a todos os estudantes, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade social ou que apresentam necessidades educacionais especiais. (Brasil, 1996; Brasil, 2015)

O conceito de educação inclusiva envolve a transformação das práticas pedagógicas para que todos os alunos, independentemente de suas condições, sejam atendidos de maneira equitativa e tenham suas diferenças respeitadas. Nesse sentido, Pacheco (2007, p. 15) enfatiza que "a inclusão pressupõe que a escola se ajuste a todas as crianças que desejam matricular-se em sua localidade, em vez de esperar que determinada criança com necessidades especiais se ajuste à escola".

Dossiê Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas da Inclusão na Diversidade Cultural.
Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPFIP, Edição Especial. Aquidauana, v. 4, n. 16, dez. 2024



Nessa perspectiva, a inclusão implica no compromisso da escola em se tornar um espaço acolhedor e acessível, o que demanda esforços contínuos de planejamento e gestão. Para esse objetivo, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) surge como um dos principais instrumentos para a efetivação da inclusão escolar. Conforme definido por Vasconcellos (2002, p. 169), o PPP é "um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade, que organiza e integra a atividade prática da instituição nesse processo de transformação".

Ao articular princípios, metas e estratégias pedagógicas, o PPP permite que a escola estabeleça ações concretas para atender às necessidades específicas de sua comunidade. Em escolas públicas municipais, especialmente em regiões marcadas por desigualdades sociais, como Açailândia/MA, o PPP desempenha um papel fundamental no enfrentamento de desafios pedagógicos e estruturais.

A cidade, marcada pela escassez de recursos e pela insuficiência de infraestrutura escolar, enfrenta desafios significativos que comprometem a qualidade da educação ofertada. Nessas condições, faz-se necessário a construção de um PPP inclusivo para planejar ações que superem barreiras e garantam que a diversidade dos estudantes seja respeitada e valorizada.

A escola municipal analisada neste estudo, que em 2024 atende 440 alunos do 6º ao 9º ano, reflete essa realidade. Seu PPP é um exemplo de como as diretrizes da educação inclusiva podem ser incorporadas ao planejamento pedagógico para promover uma formação mais equitativa. Contudo, as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar, como a falta de formação continuada dos professores e a ausência de recursos, evidenciam a necessidade de um planejamento pedagógico detalhado e adaptado ao contexto local. A análise desse caso oferece uma oportunidade de compreender como os princípios da inclusão podem ser aplicados de maneira efetiva.

Este artigo busca investigar o PPP da referida escola considerando os princípios da inclusão escolar, avaliando sua coerência com as diretrizes legais e identificando os desafios e avanços na implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Busca-se, também, discutir como o PPP contribui para a redução de barreiras e para a construção de um ambiente escolar que valorize a diversidade e promova a participação de todos os alunos.

A relevância deste estudo está em sua contribuição para o debate sobre a educação inclusiva em contextos específicos, como o de Açailândia. A análise detalhada do PPP oferece subsídios para o aprimoramento de políticas públicas e estratégias pedagógicas, promovendo a construção de uma escola que acolha as diferenças e assegure o direito à educação para todos.

O artigo está estruturado em cinco seções: introdução; revisão teórica sobre o PPP e seu papel na inclusão escolar; metodologia; resultados e discussões; e considerações finais, com propostas para fortalecer a inclusão no contexto analisado.



2. CONCEITUANDO O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é uma ferramenta essencial para a gestão e orientação das práticas escolares, configurando-se como um marco de planejamento coletivo que busca articuladas as dimensões pedagógicas e políticas na formação de cidadãos críticos e participativos.

Segundo Vasconcellos, o PPP pode ser entendido:

como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É o elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (Vasconcellos, 2002, p. 169).

Essa perspectiva reflete sobre o compromisso desse documento em promover transformações que perpassam os limites do ambiente escolar, inserindo-se na construção de uma sociedade mais igualitária e democrática. Além disso, o PPP é amparado legalmente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96) que estabelece responsabilidades e diretrizes claras para sua elaboração e implementação. Os artigos 12 e 13 da LDB dispõem que:

Artigo 12 – Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino terão a incumbência de: I – Elaborar e executar sua proposta pedagógica. Artigo 13 – Os docentes incumbir-se-ão de: I – Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino. (Brasil, 1996, p.5).

Esses dispositivos destacam o papel central das escolas e da coletividade na sua concepção e execução, reforçando a autonomia escolar e a importância da participação dos docentes no processo. Sendo assim, o PPP é um instrumento vivo, que reflete as necessidades e aspirações da comunidade escolar e aponta caminhos para a consolidação de uma educação inclusiva.

Se acordo com Veiga (2002, p. 13):

[...] todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio político com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (...). Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

A definição de PPP está fundamentada em sua dimensão política e pedagógica. No âmbito político, ele reflete o compromisso da escola com a construção de uma sociedade mais justa e



igualitária, alinhando-se aos valores de democracia e inclusão. Já na dimensão pedagógica, orienta o trabalho docente e organiza o currículo, garantindo que as práticas escolares sejam coerentes com os objetivos educacionais estabelecidos.

A construção desse documento é um espaço de articulação coletiva, no qual a comunidade escolar define e assume seus objetivos educacionais. Esse processo exige participação ativa, com gestores, professores, alunos e famílias colaborando na definição de metas e estratégias. Vasconcellos (2002) destaca que esse planejamento participativo deve ser contínuo, permitindo que o PPP se adapte às mudanças sociais e educacionais, tornando-o um instrumento dinâmico, que evolui conforme as necessidades da escola e de sua comunidade.

Do ponto de vista teórico e metodológico, o PPP organiza as práticas escolares, garantindo que elas sejam coerentes com a realidade dos estudantes e com os princípios educativos da instituição. Padilha (2017) ressalta que esse planejamento, deve estar fundamentado em uma relação pedagógica baseada no diálogo crítico, sensível e criativo, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos.

Além de organizar as ações pedagógicas, também deve refletir a identidade da escola. É nesse documento que estão expressos os valores, as prioridades e os compromissos éticos da instituição. Veiga (2002) argumenta que o PPP é "intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária", o que reforça sua dimensão transformadora e democrática.

A legislação educacional brasileira destaca a importância do PPP como instrumento para a gestão escolar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) estabelece que todas as escolas devem elaborar, garantindo que suas práticas sejam planejadas e coerentes com os princípios da educação nacional. Nesse sentido, configurando-se assim como um instrumento de cumprimento das diretrizes legais.

Outro aspecto essencial é sua função integradora. Ele articula os diferentes elementos da gestão escolar, desde o planejamento pedagógico até a organização administrativa. Como afirma Libâneo (2004), "o PPP é a espinha dorsal da gestão democrática da escola, articulando o coletivo na busca por soluções para os desafios educacionais". Essa integração permite que a escola funcione de maneira coesa, com todos os seus setores alinhados aos mesmos objetivos.

O PPP também desempenha um papel central na inclusão escolar. Ele deve conter estratégias que promovam a equidade e garantam que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem. Pacheco (2007) destaca que as práticas pedagógicas inclusivas exigem uma abordagem flexível e colaborativa, o que só é possível por meio de um planejamento cuidadoso.

A gestão democrática é um elemento intrínseco, fundamentando-se na participação ativa de



toda a comunidade escolar. Segundo Vasconcellos (2002), "não há como construir um PPP eficaz sem a participação coletiva, que fortalece o compromisso e o engajamento de todos os envolvidos". Essa gestão participativa é essencial para que o projeto reflita as necessidades e expectativas de sua comunidade.

A elaboração do PPP requer um olhar atento às especificidades da comunidade escolar. Cada escola tem sua própria realidade, que deve ser considerada no processo de planejamento. Vasconcellos (2002) ressalta que é um "processo de construção coletiva que respeita as particularidades de cada instituição e busca atender às necessidades concretas de sua comunidade".

A revisão periódica do PPP é outro aspecto importante para garantir sua efetividade. O documento deve ser constantemente avaliado e ajustado, de modo a acompanhar as mudanças nas demandas educacionais e sociais. Esse processo de revisão, segundo Padilha (2017), é "essencial para manter a coerência entre as práticas escolares e os princípios educativos da instituição".

O PPP deve ser entendido como uma ferramenta pedagógica e política que organiza e orienta as práticas da escola em direção a um objetivo comum. Sua construção, baseada na participação coletiva e na reflexão crítica, é essencial para que a escola cumpra sua função social de formar cidadãos conscientes, críticos e ativos na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

3. O PAPEL DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP) NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O Projeto Político Pedagógico (PPP) tem um papel central na promoção da educação inclusiva, permitindo que as escolas possam planejar e implementar práticas pedagógicas que atendam à diversidade dos alunos. Segundo Gadotti (1994, p. 579):

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Nesse contexto, essas "rupturas" referem-se à superação de práticas educacionais excludentes, enquanto as "promessas" refletem o compromisso com um futuro educacional mais inclusivo e equitativo. Ele envolve toda a comunidade educacional, comprometendo-a com a construção de um ambiente que valorize a diversidade e promova a participação de todos os alunos no processo de aprendizagem.



Ao analisar o papel do PPP na inclusão escolar, destacam-se dois eixos fundamentais: o planejamento participativo e a adoção de práticas pedagógicas inclusivas. Mantoan (2015, p. 35) argumenta que “as ações educativas têm como eixos o convívio com a diferença e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno”. Esse entendimento posiciona a inclusão como um dever moral e social, refletido na estrutura curricular e nas práticas diárias da escola.

Ao ser inclusiva, sua elaboração envolve a participação de todos os membros da comunidade escolar, garantindo que as necessidades e as especificidades de cada indivíduo sejam consideradas. Esse processo deve refletir a diversidade do contexto escolar, assegurando que as ações planejadas atendam às diferentes demandas educacionais. Dessa forma, o PPP se torna um instrumento fundamental para a construção de uma educação que respeite e valorize a inclusão.

Mantoan (2015, p. 29) pontua que “a distinção entre integração e inclusão é um bom começo para esclarecermos o processo de transformação das escolas”. Essa diferenciação é essencial para excluir práticas excludentes, promovendo uma mudança estrutural que atenda à diversidade de estudantes. O documento deve priorizar ações que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos alunos na escola.

A legislação brasileira reforça a importância do PPP na promoção da inclusão escolar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024) destacam a gestão democrática e o compromisso com a qualidade da educação como pilares para o desenvolvimento de práticas inclusivas.

Um aspecto central é a organização curricular voltada para a inclusão, que deve propor estratégias pedagógicas capazes de valorizar as diferenças e garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de aprender e participar ativamente do ambiente escolar.

Nesse sentido, Padilha (2017) defende que sua construção deve ser baseada em uma relação pedagógica que se inicia na sala de aula, com foco na dialogicidade sensível, crítica, reflexiva e criativa. Essa abordagem proporciona aos alunos espaços de convivência e descoberta, permitindo que eles aprendam não apenas conteúdos acadêmicos, mas também habilidades sociais, emocionais e éticas, essenciais para o desenvolvimento integral e para viver em coletividade.

Além disso, deve abordar a formação continuada dos professores como uma estratégia para capacitar a equipe pedagógica a lidar com a diversidade em sala de aula. Mantoan (2015, p. 81) defende que “formar o professor na perspectiva da educação inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais”. Essa formação é essencial para que os educadores possam implementar práticas que respeitem e valorizem as diferenças dos

A participação ativa e engajada de todos os membros da comunidade escolar no planejamento e na execução das ações propostas é indispensável para garantir a efetividade das estratégias inclusivas. Esse engajamento coletivo fortalece a escola como espaço de debate e construção de soluções que atendam às necessidades de todos os alunos.

Vasconcellos (2009, p. 15) ressalta que “é praticamente impossível mudar a prática de sala de aula sem vinculá-la a uma proposta conjunta da escola”. O PPP, ao articular as metas pedagógicas com as demandas sociais e culturais da comunidade escolar, promove uma educação que vai além do ensino tradicional, sendo um instrumento transformador da realidade.

O PPP é uma ferramenta estratégica para a promoção da inclusão escolar. Ele reflete os valores e objetivos da escola, orientando práticas pedagógicas que reconhecem e celebram a diversidade. Como afirma Mantoan (2015, p. 60), “a inclusão torna-se um motivo a mais para que a educação se atualize”.

É imprescindível que o PPP seja revisado e adaptado continuamente para atender às mudanças e necessidades do contexto escolar. Libâneo (2004) enfatiza que o documento deve funcionar como um guia para a melhoria da qualidade do ensino, articulando ações que promovam uma educação inclusiva, democrática e de qualidade, consolidando-se como um elemento indispensável para a construção de uma escola que acolhe e valoriza a diversidade.

4.0 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP)

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é comumente reconhecido na literatura como um instrumento essencial para a organização das práticas pedagógicas e administrativas de uma escola, sendo fundamental para a promoção de uma educação inclusiva. Vasconcellos (2002) define o PPP como um processo de planejamento participativo, uma "sistematização, nunca definitiva", que busca alinhar as práticas escolares à transformação da realidade social e educacional. Esse caráter sonoro permite que o PPP seja constantemente revisado e adaptado, promovendo a superação de barreiras e o fortalecimento da equidade no ambiente escolar.

Gadotti (1994) complementa essa visão ao afirmar que todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro, destacando que a criação de um projeto educativo envolve o compromisso de seus autores em identificar campos de ação possíveis e promover mudanças que garantam um estado educacional mais inclusivo. No contexto escolar, o PPP surge como a materialização dessas promessas, sendo um instrumento estratégico que reflete os valores e objetivos da comunidade escolar e orienta as ações pedagógicas e administrativas em prol da inclusão.



A inclusão escolar, por sua vez, é entendida como o acesso, a permanência e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou culturais. Segundo Pacheco (2007, p. 15), “as práticas pedagógicas numa escola inclusiva precisam refletir uma abordagem mais diversificada, flexível e colaborativa do numa que escola tradicional”. A educação inclusiva exige transformações profundas na cultura escolar, nas práticas pedagógicas e na formação continuada dos professores.

No Brasil, o marco legal para a promoção da educação inclusiva está consolidado em legislações como a Constituição Federal de 1988, que assegura o direito à educação como princípio básico da cidadania; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), que reforça a organização do ensino com base na equidade; e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI, 2015), que estabelece a educação inclusiva como obrigatória em todos os níveis de ensino.

Esses dispositivos legais fortalecem o papel do PPP como ferramenta necessária para planejar e implementar práticas inclusivas que respeitem a diversidade e promovam a igualdade de oportunidades.

Mantoan (2003) destaca que a inclusão não é apenas uma questão de acesso, mas um convite à escola para compensar sua organização e práticas pedagógicas. De acordo com a autora, uma escola inclusiva é aquela que promove adaptações estruturais e curriculares, formação continuada para seus professores e estratégias pedagógicas que favorecem a participação de todos os alunos no processo de ensino e aprendizagem.

Essa perspectiva é reforçada por Sasaki (1997), que aponta a importância de eliminar barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais, para que a inclusão seja efetiva.

O PPP, nesse contexto, surge como um elemento articulador entre as políticas públicas e a prática educacional. Ele é um compromisso coletivo que reflete os anseios de uma comunidade escolar em constante transformação.

Ao abordar as particularidades de cada escola e suas respectivas comunidades, torna-se um instrumento indispensável para a construção de uma escola inclusiva, capaz de atender às demandas de uma sociedade cada vez mais diversa e plural.

4.1 Metodologia

A metodologia deste estudo é de caráter qualitativo, utilizando a pesquisa bibliográfica como principal método para a análise do PPP e suas implicações na promoção da inclusão escolar. A



pesquisa bibliográfica é frequentemente utilizada no âmbito dos **Diálogos Interdisciplinares - GEPFIP** para atualizar o conhecimento, por meio da análise crítica de obras científicas já publicadas (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021).

De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica é realizada:

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

Para o desenvolvimento deste estudo, foram utilizados textos de diversos autores que discutem a importância do PPP na educação inclusiva, como Pacheco (2007), Mantoan (2015), Veiga (2002) e Libâneo (2004), que oferecem um panorama teórico aprofundado sobre o tema. Essa abordagem permite compreender a implementação de práticas inclusivas e os desafios que as escolas enfrentam ao tentar adaptá-las às suas realidades.

O estudo também inclui a análise documental do PPP de uma escola pública municipal de Açailândia/MA, que atende alunos do 6º ao 9º ano. A análise do documento permitiu avaliar como as diretrizes da educação inclusiva estão inseridas nas práticas pedagógicas da escola e como os objetivos do PPP se alinham com as políticas públicas nacionais de educação. Além disso, foram realizadas entrevistas com duas professoras e uma profissional de apoio escolar para identificar as dificuldades encontradas na implementação das estratégias de inclusão e os avanços alcançados até o momento. Essas entrevistas foram desenvolvidas para uma compreensão mais profunda das práticas pedagógicas adotadas pela escola e permitiram identificar as estratégias exitosas.

A pesquisa avançou em um processo de triangulação, combinando análise documental, entrevistas e revisão da literatura. Essa abordagem garante uma análise mais completa e detalhada, permitindo que diferentes fontes de dados sejam demonstradas de forma complementar.

De acordo com De Sá e Henrique (2019, p. 645), “para a realização da pesquisa utilizando a metodologia da triangulação, pode-se utilizar ainda diferentes técnicas para coleta de dados, como questionários, entrevistas, observação, a análise documental, o grupo focal, história de vida entre outras”.

A triangulação também é uma estratégia importante para aumentar a validade dos resultados, uma vez que possibilita a comparação de informações provenientes de fontes diversas, o que contribui para a construção de uma visão mais ampla e precisa sobre a implementação do PPP na escola em questão. Além disso, contribui na identificação de lacunas na prática pedagógica e na sugestão de

Dossiê Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas da Inclusão na Diversidade Cultural.

Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPFIP, Edição Especial. Aquidauana, v. 4, n. 16, dez. 2024



4.2 Os resultados obtidos a partir da análise do PPP

Os resultados obtidos a partir da análise do PPP da escola indicam que a instituição tem se esforçado para integrar as diretrizes da educação inclusiva em suas práticas pedagógicas, mas ainda enfrenta desafios significativos. O documento da escola apresenta objetivos claros de inclusão, como a adaptação do currículo e da formação de professores, mas a implementação dessas ações tem sido prejudicada pela falta de recursos materiais e pela necessidade de formação continuada para os educadores. Isso reflete uma realidade comum nas escolas públicas municipais de regiões com grandes desigualdades sociais e econômicas, como é o caso de Açailândia/MA. A escassez de recursos e infraestrutura adequada impacta diretamente na capacidade da escola na adoção de práticas pedagógicas inclusivas de forma eficaz.

No entanto, a pesquisa também revelou que a escola tem adotado algumas estratégias inovadoras para promover a inclusão, como a utilização de tecnologias assistivas, que contribuíram para melhorar o acesso ao conteúdo por parte de alunos com deficiência. Além disso, a escola tem atividades pedagógicas colaborativas promovidas, onde alunos de diferentes grupos convivem e trabalham juntos, o que tem favorecido a integração e o desenvolvimento de habilidades sociais. Esses avanços estão alinhados com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que destacam a importância de promover a colaboração e a interação entre os estudantes como estratégias pedagógicas inclusivas. (Brasil, 2017)

A análise das entrevistas realizadas com as professoras e a profissional de apoio escolar revelou que a participação ativa da comunidade escolar na elaboração do PPP foi um fator positivo, garantindo o compromisso coletivo com os objetivos de inclusão. A gestão democrática tem permitido que diferentes vozes sejam ouvidas, contribuindo para a construção de soluções mais adequadas às realidades da escola. Esse processo participativo tem fortalecido o engajamento da comunidade escolar e contribuído para o sucesso de algumas ações inclusivas, como a adaptação do currículo e a personalização do ensino para atender às necessidades dos alunos

Ainda assim, a resistência de alguns educadores à mudança das práticas pedagógicas tem sido um desafio. Como apontado por Mantoan (2015), a inclusão não deve ser encarada como uma adaptação marginal, mas como uma transformação profunda na forma como a educação é organizada e integrada. Esse tipo de resistência está relacionado à falta de preparação para lidar com a diversidade e à ausência de uma formação continuada eficaz. Assim, a escola, embora tenha feito avanços, precisa



investir mais na capacitação de seus professores, com o intuito de garantir que todos os GEPFIPs estejam preparados para atuar em uma escola verdadeiramente inclusiva.

É possível concluir que o PPP da escola de Açailândia, apesar de apresentar diretrizes e objetivos bem definidos, ainda enfrenta desafios consideráveis para a implementação uma educação inclusiva de maneira efetiva. A falta de recursos, a resistência à mudança e a necessidade de formação continuada são obstáculos para serem superados. No entanto, as estratégias empregadas pela escola e o engajamento da comunidade escolar indicam que a inclusão está no caminho certo, mesmo que sua realização exija mais investimentos e esforços coordenados. Este estudo contribui para a compreensão de como o PPP pode ser utilizado como uma ferramenta estratégica para a inclusão escolar, destacando os avanços e os desafios na promoção de uma educação mais equitativa e acessível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o Projeto Político-Pedagógico (PPP) em uma escola pública municipal de Açailândia/MA revela a importância desse documento como instrumento estratégico para a promoção da educação inclusiva. A análise realizada evidenciou que, apesar dos avanços na implementação de práticas inclusivas, a escola ainda enfrenta desafios consideráveis, como a escassez de recursos, a essencialidade de formação continuada para seus educadores e a necessidade de uma integração mais eficiente entre os membros da comunidade escolar. A partir dos dados coletados e das análises realizadas, é possível concluir que a construção de um PPP eficaz depende de um esforço conjunto entre gestão escolar, professores, alunos e famílias.

A gestão democrática, proposta no PPP, tem sido um fator positivo para garantir a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar. Ao envolver diferentes membros da escola no planejamento e na execução das ações inclusivas, cria-se um compromisso coletivo em torno da transformação das práticas pedagógicas. No entanto, a efetividade dessa gestão depende, em sua maioria, da superação de barreiras institucionais e da implementação de estratégias para fortalecer a participação ativa de todos, principalmente os educadores. A participação docente, em especial, é imprescindível, tendo em vista que sem o engajamento dos professores, as ações de inclusão tendem a ser limitadas.

A formação continuada dos educadores foi identificada como uma das principais estratégias para a consolidação da inclusão escolar. O estudo evidenciou que, embora a escola tenha buscado alternativas para promover a capacitação dos docentes, a falta de programas sistemáticos de formação continuada impacta diretamente a qualidade das práticas pedagógicas inclusivas. É incontestável que a escola invista em formações que ressignifiquem a prática docente, ampliando as habilidades dos



A análise do PPP também revelou que a escassez de infraestrutura e recursos materiais representa um obstáculo significativo para a implementação plena da inclusão. Mesmo implementado algumas tecnologias assistivas e estratégias pedagógicas colaborativas, essas ações ainda se veem restritas pelas condições físicas da instituição e pela carência de recursos financeiros. A inclusão, para ser efetiva, exige um compromisso também com a melhoria das condições materiais da escola, garantindo que todos os alunos, sem exceção, tenham acesso aos meios necessários para seu desenvolvimento.

Outro aspecto importante abordado no estudo foi a resistência à mudança por parte de alguns membros da comunidade escolar, especialmente educadores. A resistência à inclusão, muitas vezes, está relacionada à falta de conhecimento sobre as práticas pedagógicas inclusivas e à dificuldade de adaptação a novos métodos de ensino. Esse desafio reforça a necessidade de investir na formação contínua dos professores, mas também exige uma mudança cultural mais ampla dentro da escola, com foco na aceitação da diversidade e na promoção de um ambiente educacional inclusivo e democrático.

Em relação à legislação, o estudo reforçou a importância dos marcos legais, como a Constituição de 1988, a LDB (1996) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015), na implementação de práticas inclusivas. A legislação brasileira estabelece as bases para uma educação que respeite e valorize a diversidade, tornando a inclusão uma obrigação para todas as instituições de ensino. O PPP deve ser construído em consonância com essas diretrizes legais, como uma oportunidade para transformar a educação em um espaço verdadeiramente inclusivo e acolhedor para todos (Brasil, 1996; Brasil, 2015).

O estudo de caso realizado em Açailândia proporcionou uma visão detalhada dos avanços e desafios na implementação da inclusão escolar em um contexto de grandes desigualdades sociais e econômicas. A escola tem buscado adaptar suas práticas pedagógicas para atender à diversidade, mas as limitações estruturais e a falta de recursos ainda representam um grande desafio. Contudo, o envolvimento da comunidade escolar e as ações colaborativas têm contribuído para criar um ambiente mais inclusivo, mesmo diante dessas dificuldades. A análise sugere que, com mais investimentos e uma maior colaboração entre todos os envolvidos, a escola pode superar essas barreiras e alcançar resultados mais satisfatórios.

É necessário destacar que a implementação de práticas inclusivas não é um processo simples e imediato, mas um caminho contínuo que exige comprometimento, flexibilidade e adaptação constantes. O PPP deve ser revisado regularmente para garantir que esteja alinhado com as necessidades da comunidade escolar e com as mudanças nas políticas educacionais. A criação de um



mudança da forma como a escola se relaciona com seus alunos e com a sociedade em geral.

A experiência de Açailândia serve como um exemplo de como o PPP pode ser uma ferramenta importante para a construção de uma educação mais inclusiva e democrática. Porém, a escola ainda enfrenta muitos desafios, principalmente em termos de recursos e formação de seus profissionais. A partir dos resultados encontrados, é possível concluir que, para que a inclusão escolar seja efetiva, é necessário um esforço conjunto entre todos os atores envolvidos no processo educacional, com uma gestão democrática e um compromisso contínuo com a melhoria das condições de ensino.

Pode-se concluir que o PPP, quando elaborado de forma coletiva e alinhado com os princípios da educação inclusiva, tem o potencial de promover uma transformação significativa nas práticas pedagógicas e na estrutura organizacional das escolas. A inclusão escolar não deve ser vista como um fim em si mesma, mas como um processo dinâmico que visa à formação de cidadãos plenos, preparados para viver e interagir em uma sociedade cada vez mais diversa. Assim, é fundamental que o PPP seja constantemente revisado, adaptado e fortalecido, para que continue cumprindo seu papel de garantir uma educação inclusiva de qualidade para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF. 1996. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-educacao-lanca-a-base-nacional-comum-curricular>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília–DF. 2015 .

DE SÁ L. T. F.; HENRIQUE, A. L. S. A TRIANGULAÇÃO NA PESQUISA CIENTÍFICA EM EDUCAÇÃO. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 36, p. 645-660, 2019. DOI: 10.22481/praxisedu.v15i36.5941. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5941>. Acesso em: 4 nov. 2024.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico**. 1994, Anais.. Brasília: MEC/Sef, 1994. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/60b90f87-e2ec-44d3-8c2a->
Dossiê Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas da Inclusão na Diversidade Cultural.
Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPFIP, Edição Especial. Aquidauana, v. 4, n. 16, dez. 2024



Acesso em: 03 nov. 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização** . São Paulo: Cortez, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e prática** . Goiânia: Edição do Autor, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** . São Paulo: Summus, 2015.

PADILHA, Raimundo Lima. **Planejamento Educacional: princípios e estratégias** . 2. ed. Campinas: Papyrus, 2017.

PACHECO, J. **Educação Inclusiva e os Desafios da Diversidade** . In: Revista Educação Pública, 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos** . Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L. H. **A Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos**. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83. 2021. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/download/2336/1441>. Acesso em: 22 nov. 2024.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico** . 9. ed. São Paulo: Liberdade, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político – pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 10 & 778; ed. São Paulo: Liberdade Editora, 2009

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível** . Campinas: Papyrus, 2002.